



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Guerra do Irã pode virar uma tempestade política perfeita nas eleições

O impacto da guerra do Irã na conjuntura política brasileira pode provocar uma tempestade perfeita nas eleições e alterar profundamente o cenário atual de polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, e Flávio Bolsonaro, seu principal oponente. Embora favorito, Lula enfrenta um candidato em ascensão, e não é possível prever o impacto da alta dos combustíveis na inflação geral e na popularidade do governo. Acrescente-se a isso a grande insatisfação popular com a violência e o envolvimento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além do distanciamento do Congresso em relação a medidas que possam mitigar os efeitos da guerra.

Para se ter uma ideia do que pode ocorrer, a crise do petróleo de 1973 encerrou o “Milagre Econômico” brasileiro, forçando o governo Geisel (1974-1979) a lidar com alta inflação, recessão mundial e dívida externa elevada. Para evitar a estagnação, o governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), intensificou a busca por petróleo (offshore) e criou o Proálcool. Aquela época, mesmo assim, a alta no preço do petróleo desestabilizou a balança comercial, gerou inflação e desacelerou o crescimento econômico do país.

Geisel optou por manter investimentos pesados em infraestrutura, energia e indústrias de base para tentar blindar a economia. Para financiar o II PND e pagar o petróleo importado, o Brasil aumentou sua dívida externa, buscou alternativas energéticas e expandiu a exploração offshore. A crise econômica, porém, agravou tensões sociais, contribuindo para o surgimento de greves operárias, como no ABC Paulista. O resultado político foi imediato: uma derrota expressiva do regime nas eleições de 1974, revelando a sensibilidade do eleitorado ao impacto econômico de choques externos, mesmo no contexto político de um regime autoritário.

Guardadas as diferenças históricas, os sinais atuais apontam para uma dinâmica semelhante. Ou seja, uma “tempestade perfeita”. A guerra no Oriente Médio já provocou aumento expressivo do diesel no Brasil, próximo de 20% desde o início do conflito, e reajustes nas refinarias da Petrobras que tendem a se reproduzir em cadeia para toda a economia. Como o diesel é o combustível mais importante para a logística nacional, pressiona os preços dos alimentos, fretes e serviços, reduz a renda real e afeta diretamente a percepção do eleitor.

A ameaça de uma nova greve dos caminhoneiros mostra a gravidade do momento. Diferentemente de mobilizações recentes de cunho político, o próprio movimento reconhece que, desta vez, a motivação é econômica. Isso retira do governo a possibilidade de desqualificar o movimento como mera ação oposicionista. Caso haja paralisação, ainda que parcial, os efeitos podem ser rápidos e devastadores: desabastecimento, pressão inflacionária adicional, interrupção de cadeias produtivas e forte desgaste político, como ocorreu em 2018, quando a crise contribuiu para desorganizar o sistema político e pavimentar a ascensão do bolsonarismo.

A OPOSIÇÃO, LIDERADA POR FLÁVIO BOLSONARO, TENDE A EXPLORAR O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA COMO NARRATIVA CENTRAL

Combinação de crises

A resistência dos governadores em reduzir o ICMS dos combustíveis é expressão de um conflito distributivo em momentos de crise. Os estados dependem dessa arrecadação e não demonstram disposição para renunciar a receitas, mesmo diante da pressão do governo federal. O pacto federativo em emergências é frágil e transmite ao eleitor a imagem de um Estado desarticulado, incapaz de reagir de forma coordenada a choques externos. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional mantém distância das medidas mais sensíveis, evita assumir custos políticos em ano eleitoral, o que aprofunda a percepção de paralisia decisória.

Para completar, a expectativa de redução acelerada da taxa de juros está sendo frustrada. O Banco Central adotou postura cautelosa. O Copom reduziu a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, fixando-a em 14,75%, por causa das incertezas internacionais. Essa é a primeira redução desde maio de 2024, mantendo o Brasil com a segunda maior taxa de juros reais do mundo. A guerra dificulta qualquer planejamento econômico, o que afeta investimentos, crédito e consumo, com reflexos políticos inevitáveis.

A oposição, liderada por Flávio Bolsonaro, tende a explorar o aumento do custo de vida como narrativa central, independentemente de sua origem externa. A experiência brasileira mostra que governos raramente conseguem transferir para o cenário internacional a responsabilidade por choques inflacionários. A percepção do eleitor é doméstica: o preço na bomba e no supermercado. Ao mesmo tempo, Lula precisa administrar sua relação com caminhoneiros e governadores, que se recusam a suspender a cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

Choque externo de preços, risco de paralisação logística, conflito federativo, incerteza monetária e exploração política da inflação formam uma “tempestade perfeita”, combinação de crises setoriais de grande impacto sobre os humores da sociedade. Se a guerra se prolongar e os preços do petróleo continuarem em trajetória ascendente, o governo terá que escolher entre intervir mais fortemente para conter os preços, com custo fiscal e riscos de distorções, ou preservar o equilíbrio macroeconômico, arcando com o desgaste político. Em qualquer dos cenários, a margem de erro é mínima. Como em 1974, a economia pode ser o fator decisivo nas eleições e, mais uma vez, um choque internacional pode redesenhar o mapa político brasileiro.

PODER

CPI mira resort de Toffoli e sofre revés

Gilmar Mendes anula quebra de sigilo de fundo usado para comprar empreendimento

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA
» IAGO MAC CORD

Em revés para a CPI do Crime Organizado, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a quebra de sigilos bancário e fiscal do **fundo Arleen**, aprovada pela comissão. A iniciativa dos parlamentares buscava aprofundar operações financeiras ligadas à empresa Maridt, associada ao ministro Dias Toffoli.

Na avaliação de Gilmar, a CPI desrespeitou uma decisão anterior da própria Corte, que havia barrado medidas semelhantes envolvendo a Maridt. Para ele, os parlamentares recorreram a um “atalho” para alcançar o mesmo objetivo, ao direcionar a quebra de sigilo ao fundo que negociou participação na empresa. “Essa conduta não pode ser tolerada, pois teria como consequência o comprometimento da própria autoridade das decisões do Poder Judiciário”, disse o decano.

A decisão provocou reação imediata no Senado. O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), afirmou que vai recorrer. “Vamos resistir em todas as frentes, seja através de recursos ao presidente do STF, seja na luta pela CPI específica para investigar os ministros supostamente envolvidos no escândalo”, declarou.

O parlamentar também fez críticas diretas à atuação da Corte. “Para contemplar seus interesses, não têm nenhum constrangimento em rasgar a Constituição e atropelar outro Poder da República”, disparou. “O

Jefferson Rudy/Agência Senado



Vieira disse que vai recorrer: “O abuso constante está destruindo a credibilidade da Justiça”

Resort

O Arleen tinha como único cotista o fundo Leal, cujo investidor, entre 2021 e 2025, foi Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master. O Arleen foi usado por Zettel na aquisição de resort do ministro do STF Dias Toffoli. Até então, familiares do magistrado apareciam como administradores do resort por meio da empresa Maridt Participações, da qual o próprio Toffoli admitiu também fazer parte como sócio anônimo.

abuso constante está destruindo a credibilidade da Justiça.”

A quebra de sigilo havia sido aprovada na quarta-feira, em votação simbólica, dentro de um pacote de requerimentos apresentados pelo

senador Sergio Moro (União-PR). O pedido abrangia dados financeiros do fundo entre fevereiro de 2021 e janeiro deste ano.

A defesa do Arleen recorreu ao Supremo alegando que a medida

reproduzia, na prática, a mesma decisão já considerada inválida no caso da Maridt. Os advogados sustentaram que não havia indícios concretos que justificassem a devassa nos dados e que a iniciativa extrapolava o escopo da CPI, voltada à investigação de organizações criminosas armadas.

“Como no caso anteriormente examinado, as medidas determinadas em relação ao Arleen não se apoiam em indícios concretos previamente individualizados, revelando-se verdadeira devassa exploratória em dados sigilosos”, frisou a defesa.

Milhões para igreja

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o senador Carlos Viana (Podemos-MG) e o Senado esclareçam a destinação de R\$ 3,6 milhões em emendas parlamentares para a Fundação Oasis.

A medida foi tomada após apresentação apresentada pelos deputados Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) e Rogério Correia (PT-MG), que apontam possíveis irregularidades nos repasses. Segundo eles, os recursos foram direcionados à entidade ligada à Igreja Batista da Lagoinha, da qual Carlos Viana é integrante.

Conforme a ação, os valores foram distribuídos em três momentos: R\$ 1,5 milhão em 2019, por meio de transferência à Prefeitura de Belo Horizonte com destinação à fundação; R\$ 1,47 milhão em 2023, já diretamente para a unidade de Capim Branco, na região metropolitana da capital mineira; e R\$ 650,9 mil em 2025, em novo repasse à mesma localidade.

Os parlamentares argumentam que o padrão das transferências pode contrariar diretrizes estabelecidas pelo próprio STF para garantir transparência e rastreabilidade no uso de recursos públicos oriundos de emendas. Na avaliação deles, há indícios de desvio de finalidade. “A emenda não serve ao interesse público, mas à manutenção de vínculos político-financeiros”, sustentam, na petição.

O caso ganha dimensão adicional por envolver a Igreja Batista da Lagoinha, que já aparece no radar de investigações do caso Master. A ligação ocorre por meio do empresário Fabiano Zettel, ex-pastor da igreja e cunhado de Daniel Vercaro, dono do banco investigado.

A apuração no STF ocorre paralelamente aos trabalhos da CP-MI do INSS, presidida por Viana, que investiga irregularidades em empréstimos consignados.

Viana negou irregularidades no repasse: “Doei das minhas emendas para uma fundação que, todos os anos, gasta R\$ 10 milhões em recuperar pessoas moradoras de rua e dependentes químicos. Vou continuar doando”, frisou. (DR)

7.279 OBRAS QUE TRANSFORMARAM O DISTRITO FEDERAL.

GDF QUE FEZ

